

A Ilustre Casa de Espinho

written by Miguel Correia | 11 de Março, 2026

OCIDADÃO
Journalismo Livre

CRÓNICA
Miguel Correia



A Casa de Espinho não possuía a sobriedade pétrea do Ramalhete, mas exalava aquela modernidade fuleira de quem confunde prestígio com acabamentos em mármore flutuante e domótica de última geração, tudo devidamente facturado em nome de terceiros.

Era ali, naquele santuário de veraneio erguido sobre as areias movediças da influência, que o nosso Primeiro-Ministro – um Afonso da Maia convertido ao pragmatismo das parcerias público-privadas – via o seu império de silêncios ser devassado pela luz crua de um mandado de busca.

O ar condicionado, outrora silencioso como uma conta na Suíça, parecia agora sibilar segredos de irregularidades fiscais, enquanto as paredes, adornadas com arte contemporânea de gosto duvidoso e proveniência incerta, assistiam à entrada triunfal da autoridade.

Não havia ali a tragédia de um incesto clássico, mas sim a comédia de um enriquecimento súbito, um drama de “offshores” e anexos não licenciados que cheirava a maresia e a suborno mal disfarçado sob o verniz da legalidade burocrática. O cenário estava montado para o clímax da nossa eterna “portugalidade”: o momento exacto em que a gravata do magistrado se cruza com o colarinho engomado da corrupção, num baile de máscaras onde o Estado é, simultaneamente, o juiz que condena e o senhorio que perdoa a dívida em troca de uma emenda no Orçamento...

No epicentro deste nevoeiro jurídico, o Inspector, um homem de maxilar rígido e princípios que pareciam talhados em granito, via-se subitamente perante o mais bizarro dos obstáculos: a tentação em forma de Diário da República. Enquanto as suas mãos, treinadas na frieza dos arquivos, folheavam as provas de uma promiscuidade financeira sem precedentes, o telefone vibrou com a urgência de um convite que tresandava a conveniência ministerial. Era o “remake” perfeito da decadência nacional; em vez do duelo de honra ao amanhecer, propunha-se uma pasta no Governo ao pôr-do-sol. “*Senhor Inspector,*” murmurava a voz do poder, carregada daquela melancolia cínica de quem sabe que todos têm um preço, “*porquê perder tempo a investigar o passado desta casa, quando pode vir para Lisboa desenhar o futuro da nação?*”.

O dilema era puramente queirosiano: de um lado, a poeira dos processos e a integridade de uma carreira de funcionário; do outro, o brilho dos carros oficiais e a imunidade dos salões de S. Bento. O Inspector, olhando para a Casa de Espinho que agora parecia um castelo de cartas prestes a ruir, percebeu que a justiça em Portugal não é cega, é apenas terrivelmente míope, preferindo sempre o conforto de um gabinete ministerial ao desconforto de uma cela partilhada.

Ali, entre o salitre e a traição, morria a investigação e nascia um novo Secretário de Estado, provando que, no grande livro da política lusa, os capítulos mudam mas os pecados são, invariavelmente, os mesmos.